

RELATÓRIO

Autora: Ludmila Moreira Lima/Representante da ABA no CEDIND-RJ

Assunto: REUNIÕES CEDIND/29 e 30 de agosto de 2019

A criação do **Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro – CEDIND**, cuja posse ocorreu em 17 de maio de 2018, foi um importante passo para a garantia dos direitos dos índios aldeados e em contexto urbano dos municípios e estado do Rio de Janeiro. Instituído pelo Decreto Governamental Nº 46.218, de 11 de janeiro de 2018, o **CEDIND** é órgão colegiado permanente e de caráter consultivo, vinculado, no momento de sua instalação, à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI) e, atualmente, com a posse do novo governo em 2019, passou a ter suas atividades coordenadas pela Subsecretaria de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos Humanos, esta vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. No CEDIND possuem assento: lideranças e representantes das comunidades indígenas aldeadas; organizações indígenas representativas dos índios em contexto urbano do Estado do Rio de Janeiro; representantes da administração pública direta e indireta; representantes de universidades e de instituições, públicas ou privadas, com atribuições afetas à questão indígena.

Desde sua criação, o CEDIND já realizou uma dezena de encontros e reuniões ordinárias. As primeiras, ocorridas em 2018, priorizaram a escuta das principais pautas e reivindicações de lideranças e representações de grupos aldeados e não-aldeados do estado do Rio de Janeiro; a efetividade institucional e a formulação do regimento interno, aprovado em dezembro de 2018. Nesta ocasião foram também criadas as seguintes Comissões Permanentes: Planejamento, Monitoramento e Avaliação; Educação e Cultura; Saúde e Saneamento; Território, Meio Ambiente, Agricultura e Habitação; Economia Solidária, Trabalho e Renda; Orçamento; Comunicação. No início de 2019, as primeiras mobilizações do CEDIND visaram à construção de articulações como forma de interpor, junto a instâncias cabíveis, repostas imediatas a ataques sofridos tanto pela “Aldeia Maracanã”, como pela “Aldeia Mata Verde Bonita - Kaaguy Hovy Porã” (São José de Imbassaí, Maricá). (Ver relatório anterior publicado no boletim da ABA de março de 2019).

Conforme proposto na última reunião de 2018, ficou estabelecido que as reuniões do CEDIND, em 2019, seriam realizadas num sistema de rodízio nas sete aldeias indígenas do RJ. Nesse sentido, estas reuniões foram programadas para acontecerem, em sequência e mensalmente, nas aldeias (I) Mata Verde Bonita - Kaaguy Hovy Porã (São José de Imbassaí, Maricá); (II) Itaxim de Paratymirim (Paraty Mirim, Paraty); (III) Araponga (Patrimônio, Paraty); (IV) Rio Pequeno - Tekoã Ily (Barra Grande, Paraty); (V) Pataxó de Iriri (Paraty); (VI) Sapukai (Bracuí, Angra dos Reis); (VII) Céu Azul - Ara Hovy (Itaipuaçu, Maricá) e, por fim, com os diversos grupos não aldeados que vivem em contexto urbano.

Com isso pretendia-se que os Conselheiros dialogassem diretamente com as comunidades para um entendimento mais apurado dos problemas enfrentados e, a partir de então, elaborassem diagnósticos para procederem ao encaminhamento de solicitações, denúncias, demandas e debates sobre as expectativas locais quanto a melhorias na prestação de serviços básicos e implementação de políticas públicas. A última reunião ordinária, no final de 2019, seria realizada na cidade do Rio de Janeiro, para escuta e atendimento das demandas dos indígenas em contexto urbano.

Recapitulando, em 27 de fevereiro de 2019, o CEDIND reuniu-se com a comunidade da Aldeia Mata Verde Bonita (São José de Imbassaí, Maricá). Em 29 de março de 2019, a reunião ocorreu na Aldeia Itaxim Guarani M'Biá (Paraty Mirim, Paraty). Diversos encaminhamentos foram deliberados a partir dessa visita (ver detalhamento dessas reuniões nos relatos anteriores publicados nos boletins da ABA de março e maio de 2019).

Na sequência, em 31 de maio de 2019, o CEDIND reuniu-se com a comunidade da Aldeia “TekoáGuyraitapuPygua”, conhecida como Aldeia Araponga, localizada no distrito de Patrimônio, município de Paraty. Em 28 de junho de 2019, foi a vez da visita e reunião na Aldeia Rio Pequeno - Tekoã Ily, no distrito de Barra Grande, também em Paraty. Por motivos de agenda e compromissos de trabalho, a representante da ABA não pode comparecer a estas reuniões. Entretanto, a partir de comentários dos Conselheiros presentes, foi possível verificar, resumidamente, que problemas relacionados à ausência de professores qualificados e ao atendimento educacional diferenciado, bem como referente a acesso à energia elétrica, abastecimento de água e saneamento foram pontuados como permanentes e urgentes na maioria das aldeias.

Segundo relato disponibilizado pelo Conselheiro Reinaldo de Jesus Cunha (representante da Associação Universitária Latinoamericana-AULA, no CEDIND), que esteve nas duas reuniões, um dos grandes impasses vividos nas duas aldeias diz respeito à precariedade e urgência para o atendimento educacional a que as crianças têm direito. Em Araponga, conforme este relato, o vice-cacique Nino Benites (Presidente do Conselho, representando as comunidades aldeadas) foi enfático ao denunciar que “... A escola-extensão de Araponga, não tem nada; nem professor, material didático ou recurso para a escola funcionar”. Presente à reunião, Argemiro, do Conselho de Educação Indígena, afirmou que a situação da educação indígena se precariza mais ainda em razão da falta de quórum e da participação do governo nas reuniões do Conselho Estadual Indígena do Estado do RJ. Além disso, ainda segundo Argemiro, a ausência de professores indígenas capacitados atrasa o início do ano letivo. Por mais que as lideranças se esforcem, há problemas de dotação orçamentária para formação de professores, além de dificuldades de deslocamento para aqueles que se inscrevem no único curso de capacitação existente. Aliás, é possível constatar que, em todas as aldeias do estado até agora visitadas, impera a precariedade quanto a políticas públicas na área de educação, com denúncias locais que vão desde a absoluta ausência de professores contratados e capacitados para atender as especificidades que cada aldeia e grupo requisitam, passando pela precariedade de transporte e deslocamento de candidatos indígenas para o local onde cursos preparatórios são ministrados, até desabafos relacionados a preconceitos e ofensas sofridas pelos estudantes, quando inseridos na rede municipal.

Em relação à demanda de energia elétrica, segundo Toni Lotar, representante da Fundação Darcy Ribeiro no CEDIND, que há anos acompanha a luta dos Guarani em várias frentes, após a extinção do Programa “Luz para Todos”, foi proposta a instalação de placas solares na aldeia Araponga, vinculada ao edital de distribuição de energia elétrica pela Enel (empresa italiana que atua no Brasil na geração e distribuição de energia elétrica e na distribuição de gás natural), mediante acordo firmado entre esta concessionária com a Prefeitura de Paraty para fornecimento de energia alternativa a comunidades isoladas, onde não é possível chegar por cabeamento. Recentemente foi protocolado, no gabinete da Presidência da Enel, ofício do CEDIND solicitando urgência na instalação das placas e agendamento de reunião com o presidente para reforçar o pedido. Todavia, problemas de agenda e outros imprevistos levaram ao cancelamento da reunião prevista e, até agora, não se conseguiu remarcar nova data.

Sobre a questão do saneamento, segundo avaliação do Conselheiro Sérgio Ricardo (ecologista, planejador ambiental, membro-fundador do Movimento Baía-Viva e, no CEDIND, representante da Rede GRUMIN), publicada no *Jornal diário do Rio.com* em 30/08/2019, “... Em todas estas

comunidades, nota-se uma grande preocupação com a ausência de saneamento básico, coleta e tratamento dos esgotos, o que ameaça contaminar as nascentes e rios que abastecem as aldeias fluminenses: o Conselho deliberou, em julho, solicitar por ofício ao Ministério Público Federal de Paraty a revisão do TAC (termo de ajustamento de conduta) firmado em 2001 pelo INEA, IBAMA, a ELETRONUCLEAR e o próprio MPF durante o processo de licenciamento ambiental do Complexo Nuclear localizado em Angra dos Reis que, estranhamente em sua última versão, excluiu uma cláusula específica que obrigava a ELETRONUCLEAR a financiar o saneamento ecológico das aldeias de Angra e Paraty”.

A partir dessa síntese e recapitulação do que resultou como diagnóstico e parte dos encaminhamentos acordados nas reuniões ordinárias do CEDIND ocorridas no primeiro semestre de 2019, passemos a uma breve avaliação das principais pautas discutidas e resoluções aprovadas nas duas últimas reuniões ocorridas, respectivamente, nos dias 29 e 30 de setembro, na Aldeia Pataxó de Iriri, em Paraty e na Aldeia de Sapucay, em Bracuí, em Angra dos Reis. A representante da ABA esteve presente em ambas.

Além das comunidades, cuja participação foi expressiva e marcada por denúncias e inúmeras reivindicações, nestas reuniões também estiveram presentes: a coordenadora e assistente da SEDSODH, respectivamente, Luana Braz e Jade Agualuza; a representante do Movimento de Ressurgência Puri, Carmelita Lopes; a representante da Secretaria de Cultura, Marluce Braz; a representante da AIAM, Marize Vieira; o representante da AULA, Reinaldo Cunha; o representante da Rede GRUMIN, Sérgio Ricardo; representantes indígenas das Aldeias de Mata Verde Bonita - Kaaguy Hovy Porã (São José de Imbassaí, Maricá) e de Céu Azul - Ara Hovy (Itaipuaçu, Maricá), Amarildo Karay e Vanderley; o representante da UNIRIO, Prof. Luiz Pellon; a representante da Defensoria Pública, Índia Baré; o Presidente do CEDIND, CarlosTukano; a representante da FUNAI, Rosangela Nunes. Foram também convidados: a representante do CRAS, Cassia Marques; o representante da Secretaria de Meio Ambiente de Paraty, Luis Paulo e o representante da Secretaria Estadual de Agricultura, pecuária, Pesca e Abastecimento-SEAPPA, Edmir Amanajá.

No dia 29 de agosto, o CEDIND reuniu-se com os Pataxó da Aldeia Pataxó de Iriri, em Paraty. Segundo informado, neste território, cujo processo de regularização fundiária ainda não foi finalizado, cerca de 60 pessoas vivem em situação de absoluta insegurança jurídica, já que a ausência de reconhecimento oficial da titularidade da área resulta em diversos obstáculos para o atendimento de demandas e implementação de ações que favoreçam a comunidade.

Além da denúncia acerca da morosidade do processo de homologação da terra, o problema do fornecimento de energia também foi enfatizado e cobrado dos representantes da FUNAI e da Secretaria de Meio Ambiente de Paraty. A justificativa foi a de que a SMA já havia realizado o licenciamento ambiental exigido no processo e encaminhara, há um ano, solicitação à FUNAI para que o órgão oficiasse a Enel, que é a concessionária responsável pelo fornecimento e distribuição de energia na região. A representante da FUNAI afirmou não ter segurança para responder por não ter acompanhado o processo. A partir dos diálogos, ficou subtendido que o processo se “perdera” ou na própria FUNAI, ou na empresa concessionária que, segundo comentários, por vezes “burla a legislação”, o que frequentemente resulta em recursos ao Ministério Público.

O representante da Fundação Darcy Ribeiro que, conforme mencionado, há anos acompanha processos que envolvem a Enel, sobre a qual impera a obrigação legal de atender a comunidades isoladas quanto a fornecimento de energia, afirmou que a empresa está sempre a alegar problemas quanto a subcontratações para fornecimento e instalação de placas solares, bem como desmarcando reuniões agendadas pelos interessados.

Além dos problemas referentes à regularização da área e ao fornecimento de energia, houve inúmeras falas denunciando discriminações, ofensas e práticas de racismo institucional quanto ao atendimento de saúde e educação nas redes municipais. Novamente foram sublinhados pedidos de tratamento diferenciado que levassem em consideração especificidades culturais locais, dificuldades materiais e cotidianas enfrentadas pelas comunidades. O representante da UNIRIO, pesquisador na área de saúde e metodologias sustentáveis de saneamento e integrante da Comissão de Saúde do CEDIND, prof. Luiz Pellon, propôs a realização de oficinas com profissionais da rede municipal hospitalar de Paraty a fim de orientá-los sobre a necessidade de atenção diferenciada de saúde indígena e de sua capacitação para o atendimento das etnias Guarani e Pataxó. Essa proposta foi acatada, juntamente com a sugestão de que seria imprescindível a produção de materiais informativos sobre os direitos indígenas para profissionais que atuam na linha de frente de atendimentos diversos.

Segundo avaliação do prof. Luiz Pellon sobre o problema do saneamento básico, apesar da SESAI ter feito algumas fossas com sumidouro, algumas estão transbordando na aldeia Iriri Pataxó. Para ele, uma questão preocupante é que a região possui lençol freático rico e muita água superficial, o que merece ser considerado para se reavaliar o modelo de saneamento, para que não se gere poluição das águas. Citou o exemplo dos sumidouros de Araponga, que se encontram saturados e sem drenagem adequada, podendo alcançar águas superficiais e subterrâneas devido ao alto volume pluviométrico da região. O prof. Luiz Pellon destacou que a SESAI fez compra de material que aguarda instalação, mas que, para tanto, é imprescindível avaliação prévia antes do fechamento de um sumidouro para abertura de outro, sem a qual, segundo ele, haverá solução paliativa que não resolverá o problema. Sugeriu ainda que na próxima reunião da Comissão de Saúde do CEDIND esse tema seja retomado com a presença do representante da Secretaria de Meio Ambiente de Paraty, Sr. Luis Paulo.

Após a escuta de todos os problemas trazidos para a reunião, representantes do CEDIND e das Comissões Permanentes das áreas de Educação, Saúde e Território se comprometeram com a busca de articulações institucionais para a solução dos impasses vividos Aldeia Pataxó de Iriri.

No dia seguinte, 30/8, o CEDIND seguiu para a Aldeia Sapukay, cuja homologação da terra já foi concluída. Situada em área serrana, no distrito de Bracuí, Angra dos Reis, segundo informações locais, vivem na comunidade 86 famílias. Na abertura da reunião, uma das lideranças locais, membro do Conselho Distrital de Saúde, Lucas, informou que a solicitação à Prefeitura de construção de banheiros para as residências (em torno de 50) ainda não fora atendida e que o posto de saúde ali localizado está com as paredes rachadas, necessitando de obras urgentes para que acidentes não aconteçam.

Além disso, questionou a representante do Centro de Referência da Assistência Social- CRAS, presente à reunião, sobre a burocracia envolvendo o agendamento de reuniões, protocolos para registro de demandas e ausência de projetos de capacitação indígena e outros apoios. Sobre a burocracia, embora reconhecendo a existência de “lógicas” em confronto, bem como as particularidades e dificuldades indígenas no que se refere a acesso às instituições onde buscam apoio a seus pleitos, a representante do CRAS insistiu na importância de se respeitarem certas formalidades, tendo em vista as necessidades institucionais de agendar e formalizar atendimentos frente à pluralidade de demandas que diariamente chegam ao CRAS. Sobre a ausência de projetos na aldeia a justificativa foi atribuída fundamentalmente à indisponibilidade de transporte disponível para acessar a aldeia e também à recorrência de chuvas na região que, em determinados períodos, impossibilita a passagem de veículos. Antes de deixar a reunião, a representante do CRAS se comprometeu a apoiar a comunidade.

As estruturas locais de saneamento básico foram novamente objeto de preocupação. Segundo Prof. Luiz Pellon, a Bacia de Evapotranspiração, responsável por tratar o esgoto dos escolares, nas unidades construídas perto da aldeia, estava inoperante e muito encharcada, demonstrando haver problema de subdimensionamento e falta de vegetação para drenar a água, o que merece ser revisado e repensado junto com lideranças e moradores, com auxílio técnico e em caráter de urgência.

No que se refere ao atendimento educacional, a coordenadora da Comissão de Educação do CEDIND, Sra. Marize Vieira, questionou sobre o que fora investido nas salas de extensão, a partir dos recursos recebidos pelo colégio de Bracuí, assim como afirmou que a regional da FUNAI (cuja representante infelizmente não pode comparecer à reunião em Sapucaí) deveria se pronunciar para justificar as razões pelas quais houve renovação de contratos somente para Bracuí. Argemiro, professor na área de capacitação de professores indígenas, alegou falta de recursos para confecção de material pedagógico e de projetos específicos para elaboração de material didático, além da dificuldade de diálogo com profissionais da rede.

Ao término da reunião foram discutidos, com os representantes das aldeias de Mata Verde Bonita - Kaaguy Hovy Porã (São José de Imbassai, Maricá), Amarildo, e também de Céu Azul - Ara Hovy (Itaipuaçu, Maricá), Vanderley, encaminhamentos para realização, em data próxima, de reunião extraordinária, junto com a Prefeitura de Maricá e com representantes da Comissão de Territórios do CEDIND, para que finalmente seja deliberado, após nova consulta às comunidades, sobre a permanência e/ou transferência para novas áreas, haja vista todos os problemas ali vivenciados. (Ver detalhes no Informativo/ABA de março). Além desse ponto, foi solicitado pela Comissão Executiva do CEDIND que as comissões permanentes se mobilizassem para o encaminhamento de demandas, tendo em vista que as Prefeituras e Governo já estão em período de fechamento do orçamento para 2020.

Para proceder aos encaminhamentos tirados na reunião da aldeia Sapukai, foi convocada reunião da mesa diretora do CEDIND, no dia 05/09/2019, com a seguinte pauta: I) Preparar e validar todos os ofícios às prefeituras de Paraty, Angra e Maricá, convocando reunião com Prefeitos e as Secretarias que possam colaborar no atendimento das reivindicações das aldeias indígenas da Costa Verde (Secretarias de Saúde e Educação; regional responsável pelas escolas e salas de extensão; Assistência Social e de Direitos Humanos, Cultura, Turismo, Agricultura/Meio Ambiente, Assuntos Fundiários, etc); II) Análise do expurgo dos conselheiros e convidados omissos que não tem participado das reuniões; III) Discussão sobre convite a novos conselheiros titulares e suplentes, bem como aos novos membros convidados que poderão reforçar a atuação do CEDIND: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATER/RJ; Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro-FIPERJ e Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro-ITERJ. Foram convocados para esta reunião: Presidência: Carlos Tukano e Nino Benites; Secretaria de Cultura e Economia Criativa – Marluce Braz; Secretaria de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos – Luana Braz; os Coordenadores das Comissões: Dilmar José (Planejamento, Monitoramento e Avaliação); Marize Oliveira (Educação e Cultura); Pedro Benite (Saúde e Saneamento); Edmir Amanajás (Economia Solidária, Trabalho e Renda); Reinaldo de Jesus Cunha (Comunicação); Monalyza Alves/Luana Braz (Orçamento).

Enfim, o CEDIND se insere num complexo campo de disputas e rede de relações institucionais, econômicas e de poder, assim como, desde sua criação, tem enfrentado grandes desafios quanto a fazer valer suas competências; ao atendimento das inúmeras reivindicações e pautas definidas por seus beneficiários e quanto às expectativas que lhe foram depositadas desde a sua criação. Além disso, a solução de uma pluralidade de problemas não depende apenas da boa vontade e capacidade de iniciativa dos Conselheiros, mas também da articulação e envolvimento de inúmeros

atores institucionais, cujas decisões envolvem vontade política, além de negociações e respeito a procedimentos administrativos, normativos e legais, que se processam em temporalidades e ritos próprios, sempre aquém das expectativas e necessidades indígenas. Para os que, no CEDIND, certamente desejam ver tudo rapidamente resolvido, ouvir desabaços como “... *por que nunca acontece o que queremos?*”; “... *quero morrer com 130 anos e quero ver o que Juruá vai trazer para minha aldeia...*”; “*não podemos deixar tirar o pouquinho que conseguimos...*”; “*querem acabar com a gente, mas nós estamos sempre vivos*”, pode soar doloroso, sobretudo em tempos tão sombrios. Todavia, esses desabaços são também ensinamentos incansáveis e, por isso mesmo, impulsos potentes de resistência.

Vale lembrar que o CEDIND surge a partir de um histórico de lutas do movimento indígena do Rio de Janeiro e de seus diversos parceiros. Tais lutas representam dissonâncias e mobilizações produzidas por grupos que desafiam silenciamentos, reelaboram identidades e tornam visíveis as fronteiras que os aproximam e separam de outros grupos e da sociedade abrangente, o que envolve uma complexidade de mediações e formas de afirmação não só de anseios e de reconhecimento de direitos, mas também de fortalecimento de sistemas culturais locais. Considerando o que vem sendo anunciado e protocolado, desde o início de 2019, pelos governantes e parlamentares eleitos, em esferas estaduais e federais, cabe fortalecer, articular e dar organicidade aos espaços coletivos de defesa de direitos daqueles que sempre estiveram, no Brasil, em situação de maior vulnerabilidade. Nesse sentido, o CEDIND, apesar de reunir “vontade política” e de já ter avançado em encaminhamentos indiscutivelmente relevantes, enfrentará, em seus horizontes, imprevisibilidades e imensos desafios.

Rio de Janeiro, 05/09/2019.
Ludmila Moreira Lima/ABA



(Aldeia Pataxó de Iriri, em Paraty. Fotos: LudmilaMLima)



(Aldeia Pataxó de Iriri, em Paraty. Fotos: LudmilaMLima)



(Aldeia de Sapucay, Bracuí, Angra dos Reis. Fotos: LudmilaMLima)





(Aldeia de Sapucay, Bracuí, Angra dos Reis. Fotos: LudmilaMLima)